****

**O que nós esperamos da COP26**

**GLASGOW, 31 DE OUTUBRO DE 2021**

**A COP26 (26a Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas) começa neste domingo (31/10) em Glasgow, Escócia, com uma missão tripla**: por um lado, finalizar o chamado “livro de regras” do Acordo de Paris, o conjunto de regulamentações que tornam o tratado do clima operacional. Por outro, avançar politicamente no grau de ambição das metas de corte de emissões dos grandes países poluidores, num ano em que a ciência fez seu alerta mais contundente sobre a urgência em agir antes que a fresta de oportunidade para estabilizar o clima se feche em definitivo. Por último, mas não menos importante, Glasgow precisa destravar a questão crucial do financiamento climático, que os países desenvolvidos prometeram aos países em desenvolvimento – e ainda não cumpriram.

A conferência é realizada com um ano de atraso e sob a sombra da Covid-19. A decisão do governo britânico de insistir num encontro presencial durante a pandemia – a primeira grande reunião do tipo –, num dos países mais caros do mundo e com regras sanitárias cheias de incertezas até poucas semanas atrás, cobrou um preço em inclusão e segurança. A presença da sociedade civil do Sul global e mesmo de delegações de países em desenvolvimento, vários deles sem vacina para sua população, foi reduzida. E essa assimetria de acesso, que espelha as assimetrias entre ricos e pobres que há 27 anos atormentam a negociação internacional de clima, pode prejudicar as discussões em Glasgow.

**Essa também é a primeira COP a ocorrer depois do anúncio da reentrada dos EUA no Acordo de Paris e com Joe Biden na presidência**. **E poderá ser a última sob a administração negacionista de Jair Bolsonaro** isolando o Brasil, já que em 2022, no Egito, o país pode ter um outro governo eleito poucos dias antes de a COP começar.

**No debate sobre a finalização do livro de regras, uma das questões-chave é o Artigo 6o do Acordo de Paris**, que trata de abordagens cooperativas para facilitar as medidas de corte de emissão. A principal delas é o mercado de carbono, que deverá se tornar global sob o regime de Paris. Ele precisa ser regulamentado de modo a assegurar que a contabilidade do carbono nele transacionado reflita exatamente o que foi emitido e removido da atmosfera – evitando, assim, a “dupla contagem”, na qual o país vendedor do crédito come o bolo e fica com o bolo, por assim dizer: cada tonelada vendida a outrem como direito de poluição precisa obviamente ser descontada da conta do país vendedor, ou este ter sua meta de corte de emissões proporcionalmente elevada.

A posição do Brasil em relação ao Artigo 6 foi um dos principais fatores que impediram que o livro de regras fosse concluído na COP24, na Polônia, e na 25, na Espanha, mas este ano o governo vem anunciando aos quatro ventos que não será um entrave e que terá uma postura “proativa e cooperativa”.

Os debates técnicos entre diplomatas sobre o Artigo 6 e outros temas tão importantes quanto ele cujas regras ainda não foram finalizadas (adaptação, mecanismo de transparência e sincronização dos prazos para o cumprimento das metas nacionais, as NDCs) já serão duros o bastante. Mas Glasgow ainda precisará dar respostas à altura aos dois elefantes que estarão de *kilt* tocando gaita de foles na sala: **o financiamento e a ambição**.

O Sexto Relatório (AR6) do IPCC, o painel do clima da ONU, mostrou em agosto que a humanidade tem apenas uma chance de estabilizar o aquecimento global em 1.5oC. Na verdade, em todos os cenários esse limite 1,5oC será ultrapassado antes de 2040. Apenas no cenário de baixíssimas emissões o aquecimento cairá abaixo desse patamar no fim do século. A mensagem é clara: as emissões precisam ser reduzidas à metade até 2030 para limitar o aquecimento global a 1,5oC.

Porém não estamos no caminho para isso. A síntese das NDCs, publicada pela Convenção do Clima (UNFCCC) às vésperas da Assembleia Geral da ONU, em setembro, avaliou as metas atualizadas até 30 de julho. Apenas 113 dos signatários do Acordo de Paris haviam apresentado novas NDCs ou reapresentado seus compromissos até essa data. Quando todas as promessas de mitigação são analisadas conjuntamente, as emissões em 2030 são 16,3% maiores que em 2010[[1]](#footnote-1) e o mundo caminha para um perigoso aumento de temperatura de cerca de 2,7oC até o final do século. O secretariado da UNFCCC deu mais uma chance para os países aumentarem as suas ambições climáticas antes da COP26 e publicou uma atualização do relatório em 25 de outubro, com 143 países submetendo atualizações de suas NDCs. O resultado foi o mesmo: as emissões em 2030, com todos os compromissos novos, são 15,8% maiores que em 2010[[2]](#footnote-2).

Na semana anterior à COP, o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) fez coro com o secretariado da UNFCCC e analisou todas as promessas de redução de emissões dos países. Concluiu que, somando tudo – até os anúncios que ainda não foram oficializados –, as reduções em 2030 chegam a 7,5% em relação a compromissos previamente anunciados. Para termos 66% de chance de estabilizar em 1,5oC, seria necessária uma redução de 55%[[3]](#footnote-3). **O hiato entre promessas e necessidade em 2030 é estimado em pelo menos 25 bilhões de toneladas de CO2.** Ou seja: nos próximos oito anos, precisaremos eliminar da atmosfera o equivalente a cinco vezes as emissões anuais dos EUA.

**O QUE GLASGOW PRECISA ENTREGAR:**

O Observatório do Clima espera que a COP26 entregue progresso real nos seguintes aspectos:

**AMBIÇÃO EM MITIGAÇÃO**

Em 2020/21 ocorreu o primeiro ciclo de revisão das NDCs e, como dito, as metas atuais implicam num aquecimento de 2,7oC neste século. Em Glasgow, todos os países, mas em especial os do G20, que somam 80% das emissões mundiais[[4]](#footnote-4), precisam anunciar incrementos de suas metas para 2030 compatíveis com 1,5oC ainda neste ano. **Não podemos nos dar ao luxo de esperar até 2025 (próximo ciclo de submissão de NDCs) para aumentar a ambição**.

Os países do G20 também precisam apresentar estratégias de longo prazo (LGTs) consistentes, com trajetórias claras, que conduzam à neutralidade em carbono até 2050. **Mas o chamado “net zero”**, o novo normal das promessas de longo prazo, **não pode vir desacoplado de compromissos e ações relevantes para esta década, sob pena de tornar-se um mero instrumento de marketing de governos descompromissados o clima** – ou, pior, um passe livre para as indústrias fósseis, a maioria sediada em países ricos, seguirem emitindo nas próximas décadas enquanto os governos aguardam um milagre tecnológico futuro capaz de neutralizar suas emissões. A Agência Internacional de Energia alertou em maio deste ano que nenhum novo projeto de exploração de combustíveis fósseis poderá ser autorizado no mundo a partir de 2021 se a humanidade estiver falando sério sobre 1,5oC. Glasgow precisa dar o sinal definitivo do fim dessa indústria e de uma transição justa para novas energias.

**FINANCIAMENTO CLIMÁTICO**

Os países desenvolvidos devem cumprir sua antiga promessa (feita em 2009 e jamais cumprida) de financiamento climático de US$ 100 bilhões ao ano a partir de 2020. Esse anúncio deve ser feito no início da COP para ajudar a reconstruir a confiança dos países em desenvolvimento no processo e impulsionar os ânimos para a negociação.

Os países devem ainda equilibrar o financiamento climático entre mitigação e adaptação no plano de entrega desses recursos. Em 2019 apenas um quinto do financiamento climático foi para atividades de adaptação. Além do *quanto* as nações ricas estão se comprometendo a entregar, outro ponto em debate é o *como*. Nos últimos anos, a parcela de empréstimos, em vez de doações, cresceu da metade para quase três quartos do financiamento climático. É preciso que o financiamento aos países em desenvolvimento se dê em forma de recursos públicos, adicionais e a fundo perdido, e não sob forma de empréstimos que aumentam o endividamento dos países vulneráveis, tornando-os ainda menos resilientes.

Além de cumprir promessas antigas, os países devem iniciar ainda nesta COP o planejamento do financiamento climático futuro. O Acordo de Paris reconhece a insuficiência dos US$ 100 bilhões anuais e determina que após 2025 é necessário um reajuste, que não foi definido na ocasião. Glasgow precisa começar a dimensionar esses valores, **que deverão ir muito além dos US$ 100 bilhões por ano e serem responsivos a gênero**, já que as mulheres nos países pobres são desproporcionalmente afetadas pela mudança do clima.

**PERDAS E DANOS**

A COP26 precisa avançar no tema crucial de como os países mais vulneráveis poderão enfrentar as perdas e danos (*loss and damage*, ou L&D) decorrentes de impactos climáticos aos quais já não cabe adaptação. O Observatório do Clima se junta ao pleito da CAN (Climate Action Network) para que Glasgow produza:

* Um item permanente de agenda nas discussões políticas e técnicas de meio de ano (as chamadas SBs) para discutir o mecanismo de Perdas e Danos do acordo do clima, de forma a aumentar seu perfil político e avaliar a adequação do financiamento disponibilizado.
* Uma decisão da COP26 para tornar operacional a Rede de Santiago de Perdas e Danos, criada na COP25 para acelerar ações e ajudar países e regiões em risco, mas que permanece no papel.
* A provisão de financiamento novo e adicional para Perdas e Danos e um sistema para assegurá-lo para países vulneráveis, com a inclusão de L&D na meta de financiamento pós-2025.
* Uma decisão da COP para estabelecer um sistema de financiamento robusto para Perdas e Danos dentro da UNFCCC.

**ADAPTAÇÃO**

A COP26 precisa avançar na operacionalização da Meta Global de Adaptação (GGA). Isso inclui desde a definição da meta baseada na compreensão da resiliência e das capacidades locais e inclusão de atores não-estatais até o desenho do processo para medir seu progresso e o apoio financeiro adequado.

**MARCOS TEMPORAIS COMUNS**

Outro ponto que precisa ser acordado nesta COP, que integra o livro de regras de Paris, são os chamados CTF, ou marcos temporais comuns (*common time frames*) de cinco anos para as NDCs a partir de 2031. O período de cinco anos, defendido pelo Brasil, tem vantagens em relação a um período mais longo, de dez, defendido por países como a China. Um período menor oferece mais oportunidades regulares para aumentar a ambição de metas e reajustar a ambição para responder à ciência emergente. O OC defende que a COP26 produza uma decisão estabelecendo os marcos temporais de cinco anos.

**TRANSPARÊNCIA**

Outro grande imbróglio da COP é também o tema mais transversal do livro de regras: a Estrutura de Transparência Aprimorada (em inglês, *Enhanced Transparency Framework*). As NDCs dos países signatários do Acordo de Paris têm expressões diferentes, pontos de partida distintos e exigências igualmente diversas para países ricos e pobres; algumas cobrem apenas alguns setores da economia, outras são relativas e tratam de intensidade de carbono, por exemplo, no lugar de metas absolutas em relação a um dado ano. A Estrutura de Transparência garante que os esforços “falem a mesma língua” para que possam ser monitorados, reportados e verificados

O problema é que todos os países devem cumprir requisitos de transparência, mas é importante reconhecer que aqueles que têm restrições de capacidade técnica ou financeira podem reportar de forma mais flexível até que gradualmente se capacitem. Ao mesmo tempo, não se pode “retroceder” em nenhum de seus requisitos de relatórios; todos os países devem respeitar os princípios do TACCC (transparência, precisão, consistência, comparabilidade e integridade). Ou seja, a flexibilidade não deve comprometer os esforços de comparação dos relatórios submetidos pelos países.

**ARTIGO 6**

O Observatório do Clima espera que a regulamentação do Artigo 6 seja concluída em Glasgow, assegurando que:

* + Sejam aplicados ajustes correspondentes a todos os créditos transacionados, seja nas transações por país (artigo 6.2) ou por projeto (artigo 6.4).
  + Os países concordem com uma contabilidade robusta dos créditos transferidos internacionalmente sob o artigo 6.2 (*Internationally Transferred Mitigation Outcomes*, ou ITMOs) e com uma metodologia de linha de base igualmente robusta para os créditos transacionados sob o artigo 6.4.
  + Seja adotada uma taxa mandatória de cancelamento parcial de créditos ou taxa de desconto para ambos os mecanismos do artigo 6 de forma assegurar mitigação geral efetiva nas emissões globais (*Overall Mitigation in Global Emissions*, ou OMGEs).
  + A implementação precisa ser pensada de forma cuidadosa, respeitando as salvaguardas sociais e ambientais, e não acarretar efeitos negativos para as comunidades e populações vulneráveis. A regulamentação do Artigo 6 deve tratar da repartição de benefícios para as populações locais, levando em conta as vulnerabilidades e a perspectiva de justiça climática.
  + Que o instrumento de repartição de lucros (*share of proceeds*) seja aplicado a todos os instrumentos de mercado (artigo 6.2 e 6.4) e que parte desses valores seja destinada para o Fundo de Adaptação. alocação de parte dos rendimentos.
  + As definições das regras do artigo 6 devem ser amplamente debatidas com a sociedade e especificamente inclusiva para as populações locais e tradicionais, como as populações indígenas, entre outras.

Os países somente devem concordar com as diretrizes de implementação para o Artigo 6 que garantam a integridade ambiental, exigindo que as reduções de emissões sejam: reais, mensuráveis, adicionais, verificáveis e permanentes. As Partes devem, durante a negociação do art. 6 (i) evitar todas as formas de dupla contagem, ainda que por um período limitado de tempo; (ii) adotar salvaguardas e garantam a proteção dos direitos humanos e dos povos indígenas; e (iii) não aceitar o uso de qualquer unidade pré-2020, sob risco de comprometer a integridade ambiental do Acordo de Paris

**METANO**

Em Glasgow deverá ser assinado um Acordo com metas específicas para a mitigação das emissões de metano, um gás de meia-vida mais curta que o CO2, mas 28 mais vezes mais potente que este em causar o aquecimento global. O compromisso esperado é de uma redução de 30% até 2030 em relação aos níveis de 2020, o que poderia dar ao mundo mais tempo de fazer a transição para fora dos combustíveis fósseis. O Brasil é o 5o maior emissor mundial de metano, devido sobretudo à atividade agropecuária, e é esperado que ele se junte à iniciativa. Se em grande parte do mundo a proposta significa evitar vazamentos na cadeia de produção de combustíveis fósseis, no Brasil poderia acelerar a transição verde na agricultura. O governo deveria aproveitar o anúncio do novo Plano da Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC+) e se comprometer com metas relacionadas ao metano.

**FLORESTAS**

A COP26 deverá produzir uma declaração sobre florestas, iniciativa do governo britânico, para “suspender e reverter” a perda de florestas e a degradação florestal até 2030. A iniciativa é bem-vinda e o Brasil deve subscrevê-la, mas o Observatório do Clima considera que ela não pode, de nenhuma maneira, substituir o aumento da ambição em Glasgow dos países do G20, em especial os desenvolvidos, para 2030. A necessária eliminação do desmatamento, em especial nos países tropicais, não pode ser um passe livre para uma sobrevida à economia fóssil.

**GÊNERO**

O Observatório do Clima parabeniza a COP26 por organizar, no dia 9, o Dia das Questões de Gênero (*Gender Day*), no qual será debatida a integração do tema nos compromissos nacionais dos países. O empoderamento de mulheres e meninas deve se encarado como prioridade absoluta nas negociações. É um tema transversal, mas especialmente importante nos debates sobre perdas e danos e financiamento climático.

**O CONTEXTO BRASILEIRO: DESMONTE E *GREENWASH***

O Brasil chega à COP25 na posição de pária climático global, acompanhado dos piores indicadores de desempenho possíveis. Todos eles são resultantes do desmonte sistemático das regulações ambientais, da estrutura do Estado e das garantias democráticas promovido por Bolsonaro desde sua posse. Eles incluem:

* O desmatamento acumulado na Amazônia em 2019 e 2020 é 60% superior à média da última década e 40% superior ao ano pré-Bolsonaro; embora os dados de 2021 ainda não estivessem publicados quando este documento foi escrito, o próprio vice-presidente da República já havia sinalizado que eles ficariam novamente na casa de absurdos 10 mil quilômetros quadrados, pelo terceiro ano seguido.
* O Brasil foi apontado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente como o único país do G20 que regrediu na ambição de sua meta climática[[5]](#footnote-5), violando o Acordo de Paris[[6]](#footnote-6), com uma “nova primeira NDC” que dá ao país permissão para emitir entre 200 milhões e 400 milhões de toneladas de CO2e a mais em 2030 em relação à primeira NDC (2015).
* O Brasil foi possivelmente o único dos grandes emissores do mundo a registrar alta em suas emissões no ano da pandemia. Em 2020, segundo o SEEG-OC, as emissões brasileiras aumentaram 9,5%[[7]](#footnote-7), enquanto no mundo elas caíram 7%.
* O número de indígenas assassinados em 2020 cresceu 61% em relação a 2019, enquanto o de invasões de terras indígenas se manteve alto (2% de aumento em relação a 2019 e 137% em relação a 2018).
* Há um pacote de projetos de lei em votação no Congresso Nacional que enfraquecem ainda mais a gestão ambiental do país, colocam em risco as áreas indígenas e premiam a grilagem de terras no país, notadamente na Amazônia brasileira, impulsionando ainda mais a derrubada florestal.
* Paralisação do uso de recursos internacionais, como o Fundo Amazônia, no combate a desmatamento.

O regime de Jair Bolsonaro, porém, vê nesses indicadores ora um “problema de comunicação”, ora uma conspiração internacional. Em Glasgow, o Brasil prepara uma ofensiva de marketing verde (*greenwash*) que inclui um pavilhão de 200 metros quadrados e alguns anúncios improvisados que até aqui não alteraram em nada as políticas antiambientais do governo. Enquanto Jair Bolsonaro estiver no poder, o Brasil não se juntará aos esforços internacionais para combater a crise do clima.

**O QUE O BRASIL PRECISA ENTREGAR:**

**EM GLASGOW**

O Observatório do Clima entende que o sinal mais importante que o Brasil poderia enviar à comunidade internacional na COP26 seria a carta de renúncia do atual Presidente da República. Diante da improbabilidade de tal resultado, a rede espera do país:

* Que se comprometa a submeter uma nova NDC, compatível com 1,5oC, o que implicaria na eliminação do desmatamento e num limite de emissões líquidas de 400 milhões de toneladas de CO2 equivalente em 2030, o equivalente uma redução de 81% (de acordo com o Terceiro Inventário Nacional) a 83% (de acordo com o Quarto Inventário) em relação a 2005. Essa meta está alinhada com a proposta do Observatório do Clima (2020) e o limite mais ambicioso dos cenários do Talanoa/Coppe/ICS (2021).
* Que entregue, juntamente com a nova NDC, um plano de implementação crível das metas para 2025 e 2030, algo que deveria ter sido feito até 2020.
* Que se comprometa a entregar, em 2022, uma Estratégia de Longo Prazo que dê substância, com metas, indicadores e previsão de financiamento, à promessa do governo de zerar emissões líquidas em 2050.
* Que desbloqueie a negociação do Artigo 6, aceitando ajustes correspondentes desde o primeiro ciclo de funcionamento dos mercados e abrindo mão do carregamento dos créditos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Protocolo de Kyoto, para dentro do regime de Paris.
* Que siga defendendo, como tem feito até agora, o marco temporal comum de cinco anos.

**EM BRASÍLIA**

Se estiver de fato preocupado com sua credibilidade internacional, o governo brasileiro deveria adotar um conjunto de medidas já elencadas pelos mais diversos atores da sociedade no sentido de sustar e reverter o desmonte ambiental produzido pelo regime Bolsonaro. Entre essas medidas estão:

* A decretação imediata de uma moratória ao desmatamento no país por no mínimo cinco anos.
* Atuação junto ao Congresso para retirar de pauta os projetos de lei 510, 2.633 (que legalizam a grilagem), 490 (que susta demarcações de terras indígenas), 191 (que abre terras indígenas à exploração comercial, inclusive à revelia dos indígenas) e 3.729 (que enfraquece o licenciamento ambiental).
* A reativação do PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia) e do PPCerrado (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado), com a restituição das competências e condições institucionais dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental (Ibama e ICMBio) e proteção de indígenas (Funai).
* O desbloqueio dos recursos congelados no Fundo Amazônia pela reativação de seus comitês, e do Green Climate Fund, pela seleção dos beneficiários do acordo original do Floresta+.
* A retomada da demarcação de terras indígenas, titulação de territórios quilombolas e criação de unidades de conservação.
* O restabelecimento das verbas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, cortadas em 90% em outubro pelo governo.

**A SOCIEDADE BRASILEIRA EM AÇÃO**

Há um espaço especial para sociedade brasileira nesta conferência do clima. No [Brazil Climate Action Hub](https://www.brazilclimatehub.org/), na Blue Zone, uma ampla gama de atores da sociedade civil – ambientalistas, setor privado, movimentos sociais, Parlamento, indígenas, academia e governos subnacionais – estarão reunidos para mostrar ao mundo que o Brasil é maior que o governo Bolsonaro. Apesar de vivermos sob um regime negacionista climático e inimigo do meio ambiente, há no país setores, entidades e lideranças comprometidos com a agenda de clima. Estes atores devem se mostrar prontos a resistir à enxurrada de retrocessos promovidos por Jair Bolsonaro e reiterar seu compromisso de recondução do país ao lado certo da história na agenda climática, de forma imediata, assim que encerrado o atual governo brasileiro.



1. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021\_08\_adv\_1.pdf [↑](#footnote-ref-1)
2. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021\_08rev01\_adv.pdf [↑](#footnote-ref-2)
3. https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/36991/EGR21\_ESEN.pdf [↑](#footnote-ref-3)
4. Idem 3. [↑](#footnote-ref-4)
5. https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2021 [↑](#footnote-ref-5)
6. https://www.oc.eco.br/jovens-processam-governo-por-pedalada-climatica/ [↑](#footnote-ref-6)
7. https://www.oc.eco.br/na-contramao-do-mundo-brasil-aumentou-emissoes-em-plena-pandemia/ [↑](#footnote-ref-7)